

Jorge Costa Pereira; 23.11.2010

“Qualificar os açorianos” - Educação, Emprego e Formação Profissional

Plano do Governo para 2011

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

O Governo dos Açores, em 2008, apresentava-se, nesta Assembleia, com um Programa optimista. Afirmava que “...os Açores assistiram (...) a uma forte descida do desemprego, a um aumento significativo do número de trabalhadores (...) e a um forte investimento na qualificação dos açorianos. As taxas de desemprego mantêm-se baixas, a população activa continua a aumentar (...), o número de empresas continua a crescer.”

Mas, a verdade é que depois dos sucessivos Planos dos milhões, depois do propalado “rigor” na gestão pública e depois do golpe propagandístico do *superavit*, a realidade com que nos confrontamos nos Açores é a das dificuldades que se sentem na agricultura, nas pescas, no comércio, na indústria e, mais preocupante ainda, é o facto das políticas governamentais terem-se revelado incapazes de conter a tendência crescente do desemprego, que se verifica desde 2003.

E a verdade é que, quando em 2008, o Governo se apresentou nesta Casa com essa visão optimista, ela já nessa altura estava desajustada da realidade e o desemprego estava em clara tendência crescente, cifrando-se, nesse ano de 2008, nos já preocupantes 5,6% e que era um novo máximo da última década. Dois anos volvidos, manteve-se a tendência para o aumento consolidado do desemprego que atingiu nos Açores um novo máximo no primeiro trimestre deste ano, chegando a taxa de desemprego aos 7,7%. Isto é, de 2003 a 2009, o desemprego triplicou nos Açores e a dura realidade de hoje são os nossos mais de nove mil desempregados.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Quem não reconhece um problema, dificilmente conseguirá combatê-lo! E foi esse o primeiro grande erro dos governos socialistas: a negação da realidade e a tentativa de a iludir em vez de a enfrentar e combater.

Enquanto na construção civil, segundo estimativa da AICOPA, se despedia, a partir de 2007, cerca de 2.000 trabalhadores, Carlos César em pleno comício em Santa Maria afirmava que os Açores estavam a passar ao lado da crise internacional que afectava Portugal e os países mais poderosos do mundo.

Face aos sucessivos alertas, nomeadamente do PSD, o Governo sempre desvalorizou o problema e acordou já tarde para as dificuldades. Com um efeito particularmente devastador nos jovens, que representam 30,1% dos desempregados nos Açores, o desemprego é um importante indicador social, com consequências dramáticas para as famílias, para as pessoas e para a sociedade em geral.

A situação que vivemos impõe uma postura de humildade, de abertura aos outros, de busca de consensos, que uma maioria, por mais absoluta que seja, não deve nunca prescindir. O problema do desemprego é demasiado grave na Região para que o governo se dê ao luxo de se isolar no narcisismo de que apenas as suas propostas e medidas são razoáveis e adequadas.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Numa altura em que vivemos num mundo cada vez mais global, exigente e competitivo, importa definir com clareza um modelo de Formação Profissional e de Qualificação para o Emprego que seja correlativo do mercado de trabalho.

O ensino e a formação profissional assumem nos Açores uma importância vital, sobretudo para as pequenas, médias e microempresas, ou para os diversos sectores de actividade económica e para a sociedade em geral.

A natureza do ensino profissional exige assim uma atitude de cooperação activa, sistematizada e efectiva entre as escolas profissionais, o tecido empresarial e as diversas instituições da sociedade.

A rede de cursos do ensino profissional deve ser complementar e não competitiva nem entre si, nem com os demais sistemas de ensino. E se é inquestionável o “boom” que se verificou no ensino profissional nos Açores, alguns cuidados e cautelas se exigem para que o seu desenvolvimento seja efectivamente sustentado.

Por isso, desde logo, há que manter um ensino profissional de qualidade, que ganhe lugar na preferência dos estudantes pelo seu mérito e exigência, traduzidos na sua qualificação e no seu desempenho no mundo do trabalho. No dia em que as empresas duvidarem e questionarem a qualidade da formação que é ministrada, as escolas profissionais terão os seus dias contados.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Exactamente para que a qualidade seja o paradigma essencial do sistema educativo, impõe-se que haja coerência nas medidas, que haja objectivos claros, conhecidos e exequíveis e que haja maturação, previsibilidade e estabilidade no sistema.

Infelizmente, a política educativa deste governo tem-se vindo a caracterizar pelo experimentalismo e pela errância, próprios de quem não tem um modelo e uma meta. E os exemplos não faltam.

Num mês, o PS e o Governo aprovaram sozinhos o Currículo Regional; mas no mês seguinte, o Governo enviou para as escolas um *email* com orientações que contrariam grosseiramente o que eles próprios haviam aprovado.

Num mês, a titular da Educação afirma aqui, nesta Casa, com toda a convicção, que o Magalhães é o orgulho da governação socialista em matéria de educação; mas no outro, diz que já não há mais Magalhães e que vai ser substituído por outra coisa qualquer que ninguém até hoje ainda percebeu bem o que quer que será.

Num ano, a titular da Educação afirma que os Açores lideram as políticas educativas, dando como exemplo disso o aumento da carga horária nas disciplinas de Português e da Matemática no Ensino Básico e que esteve em vigor no ano lectivo 2009-2010. Mas, logo no ano lectivo seguinte, o Governo diminuiu a carga lectiva dessas mesmas disciplinas.

Num mês, o Governo promete manuais gratuitos nas escolas dos Açores; mas no outro dá instruções às escolas para que os manuais apenas sejam gratuitos para aqueles que já tinham apoios exactamente para esse fim.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Para esta segunda metade do mandato, que agora se inicia, aguardamos com expectativa algumas questões que se impõem para o futuro imediato do nosso sistema educativo.

Desde logo, as medidas de preparação para a implementação no sistema educativo regional da escolaridade obrigatória de 12 anos, que permanecem na nebulosidade e na indefinição.

A revisão do Estatuto da Carreira Docente, por sua vez, exige que seja feita em espírito de concertação e aberta à correcção de tudo aquilo que o modelo actual já provou ser inadequado.

Por outro lado, comungamos do objectivo, já várias vezes repetido pela Secretária da Educação, de que muitas das alterações qualitativas que urgem no nosso sistema educativo têm de começar no primeiro ciclo do Ensino Básico, onde, mais do que promessas e palavras, se impõem estratégias mais expeditas e funcionais na detecção e superação efectiva de dificuldades e de problemas, mas também a

coragem de afastar modismos pedagógicos e alterações programáticas cujos resultados se antevêem desastrosos!

Presumimos que 2011 será provavelmente também o ano em que as prometidas medidas de reforço da autoridade dos professores, de revisão do Estatuto do Aluno e de desburocratização nas escolas, verão a luz do dia. Nessa altura avaliaremos se estarão não só à medida das expectativas criadas, mas, sobretudo, à medida daquilo que o nosso tempo exige.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

É bem verdade que a crise financeira estalou pelo mundo fora e abalou muitos dos alicerces do viver contemporâneo. É bem verdade que a economia conheceu um duro revés em todo o mundo ocidental. Mas também é bem verdade que não nos preparámos, no tempo favorável, para as dificuldades que um dia nos podiam bater à porta. E não conseguimos na educação e na qualificação os resultados que nos podiam dar o conforto de termos gerações melhor preparadas para enfrentar com êxito as dificuldades do presente. O nosso persistente mau desempenho nos vários estudos internacionais já realizados é, infelizmente, a prova disso mesmo e que vale muito mais do que toda a propaganda com que nos querem submergir.

Tenho dito.

Horta, 23 de Novembro de 2011

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional